

# A INTERPRETAÇÃO DA BÍBLIA E A LEITURA FUNDAMENTALISTA

## Literatura segundo o Magistério Católico desde o Concílio Vaticano II

*Klaus da Silva Raupp<sup>1</sup>*

### **Resumo**

*Este artigo, partindo de uma preocupação prática pastoral, bem como levando em conta o diálogo que se realizou no Concílio Vaticano II entre a Igreja Católica e a razão moderna e a hermenêutica pós-moderna, apresenta brevemente as linhas mestras do magistério católico a respeito da interpretação da Bíblia e da sua leitura fundamentalista ou literalista, tendo por base a Constituição Dogmática Dei Verbum sobre a Revelação Divina e o documento da Pontifícia Comissão Bíblica A Interpretação da Bíblia na Igreja.*

**Palavras-chave:** *Bíblia. Hermenêutica. Gênero literário. Vaticano II. Dei Verbum. Fundamentalismo.*

### **Abstract**

*This article, from a practical pastoral concern, as well as taking into account the dialogue that took place at Vatican Council II between the Catholic Church and modern reason and postmodern hermeneutics, briefly presents the guidelines of Catholic teaching concerning the interpretation of the Bible and its fundamentalist or literalist reading, based on the Dogmatic Constitution Dei Verbum on Divine Revelation and the Pontifical Biblical Commission's document The Interpretation of the Bible in the Church.*

**Keywords:** *Bible. Hermeneutic. Literary genre. Vatican II. Dei Verbum. Fundametalism.*

1. Leigo, casado e pai; natural de Florianópolis, SC; atualmente estuda em Nova York, de onde também trabalha à distância; advogado (bacharel em Direito pela UFSC); bacharel em Administração pela ESAG/UESC; cursou as disciplinas das áreas de Teologia Bíblica e Sistemática no ITESC; Mestre em Teologia (área de concentração: teologia sistemática) pela PUCRS, com orientação do Frei Dr. Luiz Carlos Susin; Professor de Teologia (ITESC e PUCPR/FLN) e palestrante em matéria tributária e na área teológica. E-mail para contato: ksraupp@matrix.com.br.

## Introdução

Diante da revista monográfica e do tema que se nos apresenta na presente edição, uma das propostas que recebemos foi a de abordar, num dos artigos, a leitura fundamentalista ou literalista, assunto ainda mal resolvido na maioria das comunidades das “religiões do livro”, ainda que já bastante estudado por exegetas e hermeneutas de textos sagrados, tal como é a Bíblia para os cristãos, e mesmo por teólogos sistemáticos e de outras áreas.

De fato, trata-se de um assunto que sempre nos foi muito caro, desde a mais tenra idade, pois, por mais imaginação que tenhamos quando crianças, nunca foi assim tão fácil entender como o Mar Vermelho teria se aberto após o comando de Moisés, ou mesmo como se deu a aparição de um anjo a uma jovem na pequena Nazaré. Sem contar as aparições do Ressuscitado, vestindo-se de jardineiro ou comendo peixe com os seus amigos, por exemplo.

Contudo, essas formas literais de compreensão dos fatos “descritos” nas narrativas bíblicas, e em especial para os cristãos, das perícopes evangélicas, sempre pautou nosso imaginário, seja porque Hollywood assim produziu os filmes que tanto assistimos e conhecemos, como assim também se pautou – e ainda se pauta – a esmagadora maioria das pregações catequéticas e homiléticas nas comunidades cristãs.

O presente artigo, pois, e como não poderia deixar de ser, parte da perspectiva que temos e do lugar em que estamos, enquanto teólogo leigo e cristão católico. Teólogo sistemático, pelo que desde já merecemos a compreensão do leitor por não sermos um biblista. Nesse sentido, o objetivo do mesmo é o de abordar as linhas mestras do magistério católico desde o Concílio Vaticano II a respeito da interpretação da Bíblia e da sua leitura fundamentalista ou literalista.

Sendo um artigo de periódico, restringimo-nos a uma comunicação mais breve dessas linhas mestras, citando basicamente as fontes primárias (os documentos referidos) e trazendo considerações nossas. Em face do diálogo ecumênico, a importância do assunto reside na própria informação da existência desse entendimento magisterial católico e também de seu conteúdo em si aos irmãos das demais confissões.

Numa perspectiva *ad intra*, importa revelar a dissonância que há entre o que ensina o próprio magistério oficial da Igreja e o que é a prática pastoral cotidiana, no que diz respeito à interpretação bíblica, apontando eventuais pistas para caminhos de superação. Como dito, por mais que estudado, trata-se de um assunto que não chega à grande maioria das pessoas envolvidas com a religião, e menos ainda às menos ou não envolvidas.

Se o leitor duvida dessa última afirmação, é só fazer o teste de deslocar-se para uma comunidade (uma paróquia, por exemplo, quiçá ao final de uma Missa ou de um culto) e perguntar a quem encontrar se a pessoa sabe o que é o gênero literário, verificando quantos confirmarão que efetivamente sabem. Já fizemos

esse teste com uma amostra relevante de catequistas<sup>2</sup>, e menos de dez por cento sabia do que se tratava.

### **Alguns antecedentes importantes**

Segundo pensadores como Lyotard, o final do século XIX é tido como o início da crise da ciência e da verdade, o que coincide em parte com a virada hermenêutica na filosofia, estendida à exegese bíblica e à teologia<sup>3</sup>. Segundo o mesmo autor, a “incredulidade em relação aos metarrelatos”<sup>4</sup>, ou “grandes narrativas”, seja o da Cristandade, seja o do Iluminismo (primeira ilustração), ou o do Idealismo e do Marxismo (segunda ilustração).

O século XX, pois, nasceu como o século da hermenêutica, quando ficou evidente – a partir de filósofos como Wittgenstein, Heidegger, Gadamer, Ricoeur, etc. – o que Kant já havia suscitado como o despertar do sonho dogmático e o fim da consciência ingênua. Os “jogos de linguagens”, pressupondo experiências, contextos e interesses, inclusive em teologia, demonstravam que a palavra é sempre interpretação<sup>5</sup>.

Com isso, enfraqueceram-se as grandes sínteses de pensamento e as perspectivas totalizantes, especialmente aquelas cosmovisões que tudo explicavam pela fé ou pela razão (pura, prática ou da práxis). Reportando-se especificamente ao relato medieval, a ideia um tanto mitológica e mágica de um Deus que “joga dados” e tudo determina diretamente, diferentemente do que escreveu Einstein a seu contemporâneo Bohr.

Essa ideia, em última análise, deriva de uma imagem de Deus formada a partir de uma leitura bíblica fundamentalista ou literalista, ou seja, que considera literalmente o texto escriturístico, em cada mínimo detalhe, em “uma interpretação primária, literalista, isto é, excluindo todo esforço de compreensão da Bíblia que leve em conta seu crescimento histórico e seu desenvolvimento”<sup>6</sup>.

De certo modo, é até compreensível que a explicação para tudo o que existia derivasse dessa mentalidade, pois não havia outros referenciais disponíveis para

2. A amostra referida foi de mais de oitenta por cento do universo inteiro, o que confere à pesquisa um desvio padrão mínimo (sendo estatisticamente confiável, portanto), e o público pesquisado foi de catequistas, como dito, ou seja, aqueles que têm a missão de transmitir a fé e de instruir os iniciantes no conteúdo da mesma. Assim, se menos de dez por cento dos catequistas da comunidade em questão não sabia dizer o que era o gênero literário, é de se imaginar o contexto da comunidade inteira, bem como do modelo de interpretação bíblica que nela se reproduz há muito tempo.

3. Cf. LYOTARD, J.F. *A condição pós-moderna*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002, p. xv.

4. *Ibidem*, p. xvi.

5. Cf. SUSIN, L.C. Os pobres como “lugar teológico”: uma questão hermenêutica crucial de nosso tempo. In: SOTER (Org.). *Deus e Vida: Desafios, Alternativas e o Futuro da América Latina e do Caribe*. São Paulo: Paulinas, 2008, p. 151-180.

6. *A Interpretação da Bíblia na Igreja*, I, F, § 1.

tanto, especialmente os da razão moderna e da hermenêutica pós-moderna. Algo, por exemplo, que acontecesse devido a causas naturais ainda não contava com as evidências da física para ser explicado, nem sua atribuição às explicações bíblicas contava com o filtro da ciência hermenêutica.

Mas, com o advento da cultura moderna e pós-moderna e as contribuições das ciências, da filosofia e da teologia, já não se sustentava mais esse modo de ver o mundo, de modo que o Concílio Vaticano II acabou sendo o momento eclesial de diálogo com essas novas perspectivas, seja pelo reconhecimento da autonomia das realidades terrestres<sup>7</sup>, seja pela consideração dos gêneros literários como critério necessário para a interpretação bíblica<sup>8</sup>.

Nesse sentido, pode-se dizer que o Concílio Vaticano II confirmou a virada hermenêutica no seio do magistério católico. No âmbito dos textos conciliares, pois, e diante do tema em foco, cabe aqui o destaque à Constituição Dogmática *Dei Verbum* sobre a Revelação Divina, de 1965. E, na esteira do mesmo, abordamos também o infelizmente pouco conhecido documento da Pontifícia Comissão Bíblica *A Interpretação da Bíblia na Igreja*, de 1993<sup>9</sup>.

### **A *Dei Verbum* e o gênero literário**

Como dito, o Concílio Vaticano II representou um divisor de águas na vida da Igreja Católica. Até mesmo no que diz respeito ao acesso do povo em geral à leitura bíblica e à participação litúrgica. Ademais, movimentos teológicos bíblicos nascidos no luteranismo, como a busca pelo Jesus histórico<sup>10</sup> e a desmitização do Evangelho<sup>11</sup>, também contribuíram para o advento de uma nova interpretação bíblica desde o contexto conciliar.

7. Cf. *Gaudium et Spes*, n. 36.

8. Cf. *Dei Verbum*, n. 12.

9. Não se pode deixar de registrar a importância da Carta Encíclica *Divino Afflante Spiritu*, de 1943 (escrita justamente sob a influência daqueles movimentos do início do século XX, aqui citados), documento de grande envergadura nos estudos bíblicos de então, e que influenciou sobremaneira os padres conciliares na concepção magisterial adotada acerca da interpretação da Sagrada Escritura. A título ilustrativo, a Encíclica trata, em seus itens de número 20 e 21, sobre a importância e a determinação do gênero literário, respectivamente. Num contexto mais recente, em termos de magistério papal, importa mencionar a Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Verbum Domini*, de 2010.

10. No início do século XX, destaca-se a obra de Albert Schweitzer, “A Questão do Jesus Histórico”, mas essa busca é presente desde o século XVIII, através dos trabalhos do historiador alemão Hermann Reimarus. E, ao longo de todo o século XX, numerosos são os estudos a respeito dessa, ainda controversa, questão.

11. O termo foi cunhado pelo teólogo luterano Rudolf Bultmann, profundamente influenciado pelo existencialismo heideggeriano, a partir do qual ele sugere uma interpretação dos textos do Novo Testamento (e, em especial, dos Evangelhos) considerando os elementos mitológicos em torno de Jesus em perspectiva existencial. Sua obra clássica é a “Teologia do Novo Testamento”.

O *aggiornamento*<sup>12</sup> conciliar, portanto, contemplou a intenção de tornar a leitura bíblica tanto mais acessível aos fiéis, como mais precisa e correspondente ao seu verdadeiro significado, a dizer, àquilo que os autores sagrados, por Deus inspirados, e Deus mesmo, quiseram efetivamente comunicar ao ser humano; Deus que falou na Sagrada Escritura por meio de homens e à maneira humana<sup>13</sup>.

Um dito engraçado que sempre ouvimos nas faculdades de teologia diz respeito à mencionada anunciação do anjo Gabriel, o mensageiro da boa-nova do nascimento de Jesus, que a Maria teria dito quando então lhe “apareceu”: “Não temas, eu sou apenas um gênero literário”. No mínimo, alerta o desavisado não só para a importância do mesmo, mas também para a necessidade de considerá-lo numa adequada interpretação bíblica.

Esse alerta foi recuperado pela Constituição Dogmática *Dei Verbum* sobre a Revelação Divina, mais especificamente em seu item de número 12, que dispõe sobre a interpretação da Sagrada Escritura:

Para descobrir a intenção dos hagiógrafos, devem ser tidos também em conta, entre outras coisas, os “gêneros literários”. Com efeito, a verdade é proposta e expressa de modos diversos, segundo se trata de gêneros históricos, proféticos, poéticos ou outros. Importa, além disso, que o intérprete busque o sentido que o hagiógrafo, em determinadas circunstâncias, segundo as condições do seu tempo e da sua cultura, pretendeu exprimir e de fato exprimiu servindo-se dos gêneros literários então usados<sup>14</sup>.

No caso da anunciação do anjo Gabriel, Lucas não necessariamente quis dizer que um anjo apareceu literalmente a Maria, e nem nós estaremos a dizer que isso não pode ter acontecido, pois nem uma, nem outra possibilidade de interpretação terá como ser verificada. O que importa é ir ao encontro daquilo que Lucas efetivamente exprimiu com seu texto, o que seguramente é a afirmação de que um fato extraordinário estava sendo comunicado.

De fato, quando contamos histórias para crianças, por exemplo, não devemos entender as figuras usadas do mesmo modo como entenderíamos uma história real sendo contada. Da mesma forma, diante dos textos bíblicos, devemos levar em conta os gêneros literários, em vista tanto de não interpretar tais textos

12. Trata-se de um termo utilizado pelo Papa João XXIII, já na sua primeira Encíclica (*Ad Petri Cathedram*), de 1959, e em outros discursos, visando-se, com o Concílio, não a discussão sobre as verdades fundamentais da doutrina cristã, mas a sua atualização (renovação) e o seu aprofundamento, para que fossem expostas de modo a responder às exigências do novo tempo. Cf. CARBONE, V. Il Concilio Vaticano II: luce per la Chiesa e per il mondo moderno. Disponível em: < [http://www.vatican.va/jubilee\\_2000/magazine/documents/ju\\_mag\\_01051997\\_p-21\\_it.html](http://www.vatican.va/jubilee_2000/magazine/documents/ju_mag_01051997_p-21_it.html)>. Acesso em: 18 de ago. de 2012.

13. Cf. *Dei Verbum*, n. 12, § 1.

14. Ibidem, n. 12, §§ 2 e 3. Versa-se aqui sobre ensinamento apresentado no final do século IV e início do século V por Agostinho, em sua obra *Da Doutrina Cristã*.

equivocadamente, como de não colocar na boca do autor palavras ou ideias que ele não pensou, disse ou escreveu efetivamente<sup>15</sup>.

E, para entender retamente aquilo que o autor sagrado quis de fato comunicar, afirma a *Dei Verbum*, no mesmo item, que é imperioso ter em vista o jeito de narrar que o caracteriza, quer seja efetivamente descritivo, quer seja utilizando figuras de linguagem. Da mesma forma, devem-se levar em consideração as formas de comunicação frequentemente usadas pelas pessoas de então<sup>16</sup>. Tudo porque, como dito, a palavra é sempre interpretação.

### **A interpretação da Bíblia na Igreja e o fundamentalismo ou literalismo**

O documento da Pontifícia Comissão Bíblica<sup>17</sup>, chamado “A Interpretação da Bíblia na Igreja”, é uma verdadeira e imprescindível aula sobre a adequada interpretação da Sagrada Escritura. Percebemos, em variados lugares (no Brasil, de onde somos, e agora nos Estados Unidos, onde estamos), e falando mais pela experiência no seio da Igreja Católica<sup>18</sup>, que a maioria dos que transmitem a fé bíblica (padres, catequistas, etc.) não conhece o documento.

É nítida a confusão prática (ou a opção, o que é mais grave) que se faz entre o sentido literal e o sentido literalista, este típico do fundamentalismo. O documento faz questão de esclarecer a questão, fazendo visível distinção entre ambos, e também repudiando a leitura fundamentalista, considerada como perigosa, diante do engano oferecido por interpretações piedosas, mas ilusórias, isto é, por falsas certezas<sup>19</sup>.

O sentido literal é tanto legítimo, como indispensável, na busca de “definir o sentido preciso dos textos tais como foram produzidos por seus autores”<sup>20</sup>, não se confundindo com o sentido literalista dos fundamentalistas, diz o documento. E assim prossegue:

Não é suficiente traduzir um texto palavra por palavra para obter seu sentido literal. É preciso compreendê-lo segundo as convenções literárias da

15. Cf. Castro, F.C. *Para ler a Bíblia*. Aparecida: Santuário, 1989, p. 59-67.

16. Cf. *Dei Verbum*, n. 12, § 3.

17. Órgão da Congregação para a Doutrina da Fé, que, na ocasião da publicação do documento (1993), era presidida pelo então Cardeal Ratzinger, hoje Papa Bento XVI. Nesta Comissão, há muito tempo representa o Brasil, para nosso orgulho, o Pe. Ney Brasil Pereira, professor na área bíblica do Instituto de que fazemos parte, o ITESC (hoje FACASC).

18. Por observação empírica, contudo, é perceptível que o literalismo ou fundamentalismo é comum e predominante nas comunidades de todas as religiões do livro, como dito inicialmente, ou seja, entre cristãos em geral, judeus e muçulmanos. A experiência internacional que estamos fazendo, tendo contato com pessoas de todas essas comunidades, só confirma essa assertiva.

19. Cf. *A Interpretação da Bíblia na Igreja*, I, F, §10.

20. *Ibidem*, II, B, 1, §1.

época. Quando um texto é metafórico, seu sentido literal não é aquele que resulta imediatamente do palavra por palavra (por exemplo: “Tende os rins cingidos”, Lc 12,35), mas aquele que corresponde ao uso metafórico dos termos (“Tende uma atitude de disponibilidade”). Quando se trata de um relato, o sentido literal não comporta necessariamente a afirmação de que os fatos contados tenham efetivamente acontecido, pois um relato pode não pertencer ao gênero histórico, mas ser uma obra de imaginação.

O sentido literal da Escritura é aquele que foi expresso diretamente pelos autores humanos inspirados. Sendo o fruto da inspiração, este sentido é também desejado por Deus, autor principal. Ele é discernido graças a uma análise precisa do texto, situado em seu contexto literário e histórico. A tarefa principal da exegese é de bem conduzir esta análise, utilizando todas as possibilidades das pesquisas literárias e históricas, em vista de definir o sentido literal dos textos bíblicos com a maior exatidão possível (cf. *Divino Afflante Spiritu*: E. B., 550). Para esta finalidade, o estudo dos gêneros literários antigos é particularmente necessário (*ibid.* 560)<sup>21</sup>.

Logo, o sentido literal deve ser buscado, bem como o espiritual e o pleno. E, para alcançar verdadeiramente esse sentido, faz-se igualmente necessário o uso do método histórico-crítico, o qual, para o documento, “é o método indispensável para o estudo científico do sentido dos textos antigos”<sup>22</sup>. Não se trata de um monopólio de método, como diz o texto em sua conclusão, mas o adjetivo usado, mesmo assim, é forte e suficiente: indispensável.

Sobre o referido método, o documento apresenta uma explicação ao mesmo tempo completa e concisa sobre sua história, seus princípios e sua descrição, bem como uma análise a seu respeito. Diz-se histórico porque “procura elucidar os processos históricos de produção dos textos bíblicos”<sup>23</sup>, e crítico porque “opera com a ajuda de critérios científicos tão objetivos quanto possíveis em cada uma de suas etapas (da crítica textual ao estudo crítico da redação)”<sup>24</sup>.

Trata-se, pois, de um método analítico, que estuda os textos bíblicos como outros textos antigos humanamente escritos<sup>25</sup>, ao mesmo tempo em que permite ao exegeta e ao hermeneuta compreender o verdadeiro conteúdo da revelação ne-

21. *Ibidem*, II, B, 1, §§ 2 e 3.

22. *Ibidem*, I, A.

23. *Ibidem*, I, A, 2, §2.

24. *Ibidem*, I, A, 2, §3.

25. A insistência na afirmação das mãos humanas que escreveram os textos bíblicos não muda a afirmação de que esses sejam por Deus inspirados. Ao contrário, a inspiração pressupõe, obviamente, não só alguém que inspira, mas também alguém que é inspirado.

les expressa, ainda que não isoladamente. Já a leitura fundamentalista<sup>26</sup>, por sua vez, “opõe-se à utilização do método histórico-crítico, como de qualquer outro método científico, para a interpretação da Escritura”<sup>27</sup>, diz o texto da Pontifícia Comissão Bíblica.

Assim, o documento destaca alguns problemas da leitura fundamentalista, os quais são precisamente detalhados nos itens 4 a 9 do item respectivo, merecendo aqui sua transcrição integral, dado o didatismo da explicação neles contida:

O problema de base dessa leitura fundamentalista é que, recusando de levar em consideração o caráter histórico da revelação bíblica, ela se torna incapaz de aceitar plenamente a verdade da própria Encarnação. O fundamentalismo foge da estreita relação do divino e do humano no relacionamento com Deus. Ele se recusa em admitir que a Palavra de Deus inspirada foi expressa em linguagem humana e que ela foi redigida, sob a inspiração divina, por autores humanos cujas capacidades e recursos eram limitados. Por esta razão, ele tende a tratar o texto bíblico como se ele tivesse sido ditado palavra por palavra pelo Espírito e não chega a reconhecer que a Palavra de Deus foi formulada em uma linguagem e uma fraseologia condicionadas por uma ou outra época. Ele não dá nenhuma atenção às formas literárias e às maneiras humanas de pensar presentes nos textos bíblicos, muitos dos quais são fruto de uma elaboração que se estendeu por longos períodos de tempo e leva a marca de situações históricas muito diversas.

O fundamentalismo insiste também de uma maneira indevida sobre a inerrância dos detalhes nos textos bíblicos, especialmente em matéria de fatos históricos ou de pretensas verdades científicas. Muitas vezes ele torna histórico aquilo que não tinha a pretensão de historicidade, pois ele considera como histórico tudo aquilo que é reportado ou contado com os verbos em um tempo passado, sem a necessária atenção à possibilidade de um sentido simbólico ou figurativo.

O fundamentalismo tem muitas vezes tendência a ignorar ou a negar os problemas que o texto bíblico comporta na sua formulação hebraica, aramaica ou grega. Ele é muitas vezes estreitamente ligado a uma tradição determinada, antiga ou moderna. Ele se omite igualmente de considerar as “releituras” de certas passagens no interior da própria Bíblia.

No que concerne os Evangelhos, o fundamentalismo não leva em consideração o crescimento da tradição evangélica, mas confunde ingenuamente o estágio final desta tradição (o que os evangelistas escreveram) com o

26. Reforçando esta definição, com base no documento considerado neste capítulo, e tal como citada no capítulo sobre alguns antecedentes importantes ao presente tema, a leitura fundamentalista considera literalmente o texto escriturístico, em cada mínimo detalhe, em “uma interpretação primária, literalista, isto é, excluindo todo esforço de compreensão da Bíblia que leve em conta seu crescimento histórico e seu desenvolvimento”.

27. *A Interpretação da Bíblia na Igreja*, I, F, § 1.



estágio inicial (as ações e as palavras do Jesus da história). Ele negligencia assim um dado importante: a maneira com a qual as próprias primeiras comunidades cristãs compreenderam o impacto produzido por Jesus de Nazaré e sua mensagem. Ora, aqui está um testemunho da origem apostólica da fé cristã e sua expressão direta. O fundamentalismo desnatura assim o apelo lançado pelo próprio Evangelho.

O fundamentalismo tem igualmente tendência a uma grande estreiteza de visão, pois ele considera conforme à realidade uma antiga cosmologia já ultrapassada, só porque encontra-se expressa na Bíblia; isso impede o diálogo com uma concepção mais ampla das relações entre a cultura e a fé. Ele se apoia sobre uma leitura não crítica de certos textos da Bíblia para confirmar ideias políticas e atitudes sociais marcadas por preconceitos, racistas, por exemplo, simplesmente contrários ao Evangelho cristão.

Enfim, em sua adesão ao princípio da “sola Scriptura”, o fundamentalismo separa a interpretação da Bíblia da Tradição guiada pelo Espírito, que se desenvolve autenticamente em ligação com a Escritura no seio da comunidade de fé. Falta-lhe entender que o Novo Testamento tomou forma no interior da Igreja cristã e que ele é Escritura Santa desta Igreja, cuja existência precedeu a composição de seus textos. Assim, o fundamentalismo é muitas vezes antieclesial; ele considera negligenciáveis os credos, os dogmas e as práticas litúrgicas que se tornam parte da tradição eclesial, como também a função de ensinamento da própria Igreja. Ele se apresenta como uma forma de interpretação privada, que não reconhece que a Igreja é fundada sobre a Bíblia e tira sua vida e sua inspiração das Escrituras<sup>28</sup>.

## Conclusão

A conclusão primeira a que se chega a partir desses breves excertos de dois documentos cruciais e lapidares sobre a revelação e a interpretação bíblica no magistério católico é a de que é necessário buscar o sentido literal das Escrituras, o que não se confunde com um sentido literalista, e o que pressupõe a utilização do método histórico-crítico, renegando toda forma de fundamentalismo na compreensão dos textos sagrados.

A questão é que essa não é a prática recorrente no seio das comunidades eclesiais, no que diz respeito ao modo de interpretar a Bíblia junto ao povo, seja nas homilias, seja na catequese ou mesmo nos grupos bíblicos. A percepção que temos é a de que ora se considera o povo sem instrução suficiente para uma leitura mais apropriada, ora se teme escandalizá-lo ao propor eventuais mudanças radicais no modo como sempre foram compreendidas muitas das perícopes bíblicas, especialmente as evangélicas.

28. *A Interpretação da Bíblia na Igreja*, I, F, §§ 4 a 9.

Ocorre que posturas como essas são inaceitáveis, quer porque agridem o fiel na sua dignidade e no seu direito de ter acesso à verdade revelada tal como aqueles que a puseram por escrito nos livros bíblicos tiveram a intenção de comunicar, quer inclusive porque são objetivamente contrárias ao próprio magistério, notadamente o conciliar, mas também o da comissão pontifícia específica para a matéria.

Ademais, temer o quê, ou escandalizar de que modo, se o pressuposto é justamente o da apresentação da verdade das Escrituras? O curioso é que, diante de muitas outras situações de menor importância que o entendimento desses fundamentos da fé, aqueles que têm essa postura fazem questão de invocar a autoridade magisterial em si, esquecendo-se por completo dessa rigidez na hora de praticar a leitura fundamentalista.

Logo, faz-se mister investir muito mais na formação bíblica do povo, adotando-se o método histórico-crítico tal como é indispensável, e enfatizando-se a leitura popular da Bíblia, até porque a revelação dá-se antes na vida. Nesse sentido, é digno de louvor o trabalho do Centro de Estudos Bíblicos (CEBI), “ajudando o povo a reapropriar-se da Bíblia, encontrando nela luz, ânimo e esperança para resistir às dificuldades e lutar por uma vida mais digna”<sup>29</sup>.

Em paralelo, é preciso que haja uma mudança no “mindset”<sup>30</sup> que ainda parece persistir em muitos espaços eclesiais, de algum modo ainda presos ao relato medieval, especialmente no tocante à imagem de Deus e às questões interpretativas derivadas. Isso pressupõe a reciclagem dos agentes pastorais, desde o clero, passando por religiosos e leigos. Cabe reconhecer, ainda que tardiamente, o advento da modernidade e da pós-modernidade, redescobrimo a mesma fé em novos contextos.

De fato, redescobrir a fé – e, mais que isso, ressignificá-la a cada novo tempo da história – é tarefa essencial dos que creem, a fim de se manterem fiéis às origens da mesma fé, levando em consideração os desafios e as linguagens dos novos tempos. E isso vale de modo especial ao Concílio Vaticano II, momento de especial *aggiornamento* na vida da Igreja, no sentido do diálogo que procurou travar com a cultura e com todas as gentes.

## **Bibliografia**

CASTRO, F.C. *Para ler a Bíblia*. Aparecida: Santuário, 1989.

CONCÍLIO VATICANO II. Constituição Dogmática *Dei Verbum* sobre a Revelação Divina. Disponível em: [http://www.vatican.va/archive/hist\\_councils/ii\\_vatican\\_](http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_)

29. O CEBI e sua atuação: resultados. Disponível em: <http://cebi.org.br/institucional-caminhada.php>. Acesso em: 18 de ago. de 2012.

30. Expressão que, em teoria da decisão, indica o conjunto de ideias assumidas (por uma pessoa ou um grupo de pessoas) que, de tal modo estabelecidas, fazem com que se continue a adotar ou aceitar comportamentos prévios; seria o chamado “esquema mental”.

council/documents/vat-ii\_const\_19651118\_dei-verbum\_po.html. Acesso em: 18 de ago. de 2012.

CONCÍLIO VATICANO II. Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* sobre a Igreja no mundo atual. Disponível em: [http://www.vatican.va/archive/hist\\_councils/ii\\_vatican\\_council/documents/vat-ii\\_const\\_19651207\\_gaudium-et-spes\\_po.html](http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651207_gaudium-et-spes_po.html). Acesso em: 18 de ago. de 2012.

LYOTARD, J.F. *A condição pós-moderna*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA. *A Interpretação da Bíblia na Igreja*. Disponível em: [http://www.vatican.va/roman\\_curia/congregations/cfaith/pcb\\_documents/rc\\_con\\_cfaith\\_doc\\_19930415\\_interpretazione\\_po.html](http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/pcb_documents/rc_con_cfaith_doc_19930415_interpretazione_po.html). Acesso em: 18 de ago. de 2012.

SOTER (Org.). *Deus e Vida: Desafios, Alternativas e o Futuro da América Latina e do Caribe*. São Paulo: Paulinas, 2008.

CARBONE, V. Il Concilio Vaticano II: luce per la Chiesa e per il mondo moderno. Disponível em: [http://www.vatican.va/jubilee\\_2000/magazine/documents/ju\\_mag\\_01051997\\_p-21\\_it.html](http://www.vatican.va/jubilee_2000/magazine/documents/ju_mag_01051997_p-21_it.html)>. Acesso em: 18 de ago. de 2012.